

ABORDAGEM DE NOMES GEOGRÁFICOS COMO FÓSSEIS LINGÜÍSTICOS DE NOMES DE LOGRADOUROS NO CENTRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

APPROACH TO GEOGRAPHICAL NAMES AS LINGUISTIC FOSSILS OF PLACE NAMES IN DOWNTOWN RIO DE JANEIRO

APROXIMACIÓN DE NOMBRES GEOGRÁFICOS COMO FÓSILES LINGÜÍSTICOS DE NOMBRES DE CALLES EN EL

CENTRO DE LA CIUDAD DE RÍO DE JANEIRO

RESUMO

A nomenclatura de lugares acompanha a atividade humana desde tempos imemoriais. A nomeação de seres humanos e dos lugares permite sua individualização e conseqüente identificação unívoca, constituindo um plano fundamental do processo de desenvolvimento da sociedade atual, o estudo e conhecimento das cidades. O crescimento exponencial dos centros urbanos torna indispensável uma reflexão sobre o seu passado e evolução presente, bem como a compreensão aprofundada sobre os elementos dinâmicos que podem assegurar a sua continuidade futura. Partindo-se do conceito de fóssil linguístico, esse estudo teve como objetivo avaliar a evolução de alguns topônimos pertencentes a um recorte territorial da região central da cidade do Rio de Janeiro, bem como as modificações de denominação da geonímia ao longo da linha do tempo. A metodologia envolveu: 1) pesquisa em documentos históricos de nomes geográficos de logradouros; 2) definição do recorte temporal; 3) levantamento de amostra de endereços; e 4) levantamento cartográfico dos endereços antigos; 5) levantamento da legislação pertinente. Os resultados mostraram que as ruas passaram por importantes alterações ou permanências de nomes geográficos, sendo as escolhas representativas da mentalidade dos ocupantes, demonstrando a real possibilidade da utilização de nomes geográficos como verdadeiros fósseis linguísticos.

Palavras-chave: Fóssil linguístico; Topônimos; Nomes geográficos; Arqueologia Urbana.

ABSTRACT

Place names have accompanied human activity since time immemorial. The naming of human beings and places allows their individualisation and consequent univocal identification, constituting a fundamental plan of the development process of today's society, the study and knowledge of cities. The exponential growth of urban centres makes it essential to reflect on their past and present evolution, as well as to understand in depth the dynamic elements that may ensure their future continuity. Based on the concept of linguistic fossils, this study aimed to evaluate the evolution of some toponyms belonging to a territorial section of the city centre of Rio de Janeiro, the changes in the naming of geonymy along the time line. The methodology involved: 1) research in historical documents of geographic names of streets; 2) definition of the time frame; 3) sample survey of addresses; 4) cartographic survey of the old addresses and 5) survey of relevant legislation. The results showed that the streets went through important changes or permanence of geographical names, and the choices are representative of the mentality of the occupants, demonstrating the real possibility of the use of geographical names as true linguistic fossils.

Keywords: Linguistic Fossil; Toponyms; Geographical Names; Urban Archaeology

RESUMEN

La denominación de lugares ha acompañado la actividad humana desde tiempos inmemoriales. La denominación de los seres humanos y de los lugares permite su individualización y consiguiente identificación inequívoca, constituyendo un pilar fundamental del proceso de desarrollo de la sociedad actual, el estudio y conocimiento de las ciudades. El crecimiento exponencial de los centros urbanos

 Talita da Silva Rios Guimarães^a

 Cláudio João Barreto dos Santos^b

 Sonia Maria Lima Silva^c

^a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^b Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^c Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

DOI: 10.12957/geouerj.2023.73527

Correspondência:

talita_rios@hotmail.com

Recebido em: 23 fev. 2023

Revisado em: 05 jul. 2023

Aceito em: 12 set. 2023





hace imprescindible reflexionar sobre su evolución pasada y presente, así como conocer en profundidad los elementos dinámicos que pueden asegurar su continuidad futura. A partir del concepto de fósiles lingüísticos, el objetivo de este estudio fue evaluar la evolución de algunos topónimos pertenecientes a una sección territorial de la región central de la ciudad de Río de Janeiro, así como los cambios en la denominación de los geónimos a lo largo del tiempo. La metodología implicó: 1) investigación de documentos históricos de nombres de lugares públicos; 2) definición del marco temporal; 3) estudio de una muestra de direcciones; y 4) levantamiento cartográfico de direcciones antiguas; 5) estudio de la legislación pertinente. Los resultados mostraron que las calles han sufrido cambios significativos o permanencias de nombres geográficos, siendo las elecciones representativas de la mentalidad de los ocupantes, lo que demuestra la posibilidad real de utilizar los nombres geográficos como verdaderos fósiles lingüísticos.

Palabras Claves: Fósil Lingüístico; Topónimos; Nombres Geográficos; Arqueología Urbana



Introdução

Desde tempos imemoriais, a atividade humana é acompanhada da nomeação de lugares. A necessidade humana de individualização e identificação de pessoas, seres e lugares levou o ser humano a categorizar e nomear o que lhe rodeia.

O lugar é o quadro de uma referência pragmática do mundo de onde vem o condicionante e a ordem e onde se instala a espontaneidade e a criatividade, onde existe um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições (SANTOS, 1996). É também uma ocorrência na superfície terrestre, possuidor de “personalidade” própria a partir de uma prolongada vivência do homem no mesmo (TUAN, 1974).

O lugar se insere em um contexto de ampliação do próprio local da moradia dos indivíduos, onde fica preservado o espírito de pertencimento dos moradores locais, com sentido e personalidade bem definidos. Trata-se de uma ampliação do espaço conhecido, ao qual se necessita identificar (SANTOS, 2008).

O ato de nomear, diante das especificidades culturais de cada sociedade, é o registro de sua singularidade no processo de identificação. DICK (1990) assevera que os grupos sociais têm as suas especificações ao dar nomes e vivenciá-los.

Assevera SANTOS (2008) que a denominação dos lugares possui uma relação direta com os deslocamentos de grupos humanos, bem como a necessidade de hierarquizar e identificar o ambiente à sua volta, marcando nominalmente o espaço pelas coisas e feições geográficas. Essa singularidade nominal, entretanto, pode mesmo se encerrar dentro daquele grupo humano, devido aos fatores próprios da dinâmica social. Ainda para o autor, os nomes geográficos extrapolariam a simples nomeação e estariam relacionados intimamente aos jogos de poder que se superpõem em determinado território¹.

O nome geográfico pode carregar o poder que o gerou, de forma semanticamente explícita, e pode ser rapidamente substituído, modificado ou transformado pela dinâmica do poder antagônico que assumiu o domínio do território. Tal carga de poder, quando não expressada na semântica geonímica, tenderá a tornar

¹ Neste estudo, compreenderemos território como o “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (...) que são, no fundo, antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos (os quais são apenas os substratos materiais das territorialidades) (...), podem (...) formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmo meses, semanas ou dias), ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular, mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo” (SOUZA, 1995, p.87).



o nome geográfico em um fóssil linguístico², pois sua perenidade pode, em contrapartida, aproximar-se de uma escala de tempo milenar.

Dessa forma, detendo-se um pouco mais no conceito de *lugar*, o presente estudo tem como objetivo apresentar as alterações e permanências de nomes geográficos na área central da cidade do Rio de Janeiro, desde os anos de 1860 até os dias atuais. Como objetivo específico, procurar-se-á estabelecer um amálgama destas alterações com a conceituação do fóssil linguístico, da qual estrutura seminal fornece pistas sobre a evolução histórica do próprio recorte territorial, objeto de análise.

FUNDAMENTOS CONCEITUAIS

Arqueologia em ambiente urbano

Conceituar um sítio arqueológico é complexo e encontra lacunas também no mundo jurídico³. O meio acadêmico, profissional e institucional não teve êxito, ao longo dos anos, para amarrar um conceito suficiente para a definição do termo.

Segundo Campos (2018), considera-se sítio arqueológico o “local onde há vestígios da passagem de grupos humanos que habitam ou habitaram o território nacional e que, na compreensão do arqueólogo, tenham suas feições reconhecidas especificamente através dos métodos próprios da arqueologia”. Os métodos arqueológicos podem variar a depender do ambiente estudado. O ambiente urbano pode ou não prescindir de escavações, havendo a possibilidade de extrair estratigrafias verticais ou horizontais, além da observação da paisagem.

Para Orser (2000), a arqueologia histórica está interessada na determinação de problemáticas referentes aos vestígios materiais de antigas ocupações de sociedades complexas, ou de sociedades que possuem registros escritos. Assim, situando-se numa perspectiva teórico-metodológica da arqueologia no continente sul-americano, a arqueologia histórica estaria interessada no estudo de vestígios materiais de sociedades forjadas a partir da conformação do Mundo Moderno.

² De acordo com Dick (1990), essa expressão foi cunhada pela primeira vez pelo francês Jean Brunhes, ainda no século XVIII como uma expressão referente a Geografia Humana.

³ Lei nº 3.924/61: “Art 2º Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

- as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente.
- os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;
- os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, “estações” e “cerâmios”, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;
- as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.”



Deparamo-nos, neste ponto, com o estudo das cidades, que constitui uma forma de conhecer o processo de desenvolvimento do espaço, bem como a sociedade que as ocupou historicamente. O tema importa mormente em vista do crescimento exponencial dos centros urbanos, tornando indispensável uma reflexão sobre o seu passado e evolução presente, além da compreensão dos elementos dinâmicos que podem assegurar a sua continuidade futura.

Neste sentido, a arqueologia urbana trata das ocupações urbanas, seja através de escavações e/ou de levantamentos que registram a distribuição espacial das ruas, praças, prédios, monumentos e outras construções existentes.

Segundo Staski (1982), a Arqueologia Urbana pode ser definida como “o estudo das relações entre cultura material, comportamento humano e cognição num assentamento urbano”.

Nenhum local ou vestígio material pode ser pensado isoladamente no contexto arqueológico. O caso da cidade do Rio de Janeiro ilustra as representações materiais e imateriais que expressam modos de pensar e possíveis intenções dos antigos ocupantes, quando da formação do ambiente urbano analisado. Essa expressão pode ser encontrada em diversas fontes: na nomenclatura dos espaços, nos elementos de embelezamento de fachadas e platibandas, na matéria-prima utilizada nas construções, dentre outros. A investigação demonstra uma sucessão indiciária de correlações e nexos causais de uma cidade, que não pode ser encarada como um espaço esperando ser ocupado arbitrariamente. É um local de complexas relações sociais, de símbolos e significados, de disputas e posicionamentos políticos.

O estudo que se segue perpassa as disputas silenciosas de narrativa e de significação do espaço do centro urbano carioca ao longo dos anos, a partir da escolha popular ou imposição do poder público para os nomes de logradouros.

O Conceito de Fóssil Linguístico

Em sua tese de doutorado, Santos (2008) trata das marcas deixadas no território pelo uso do topônimo local, como espécie de “fóssil linguístico”. Tal topônimo faria referência às espécies vegetais, animais, pessoas, coisas ou fatos que em momentos pretéritos habitaram ou se deram no local. Prova-se e preserva-se, em alguma medida, a memória da existência daquele indivíduo ou vestígio perdido no espaço-tempo. Informa, ainda, que as características marcantes de uma região, seja de origem natural, da paisagem, ou antrópica, coincide com uma forte incidência de emprego de nomes ou/e características marcantes na indicação dos nomes dos locais. Acerca dos nomes que sobrevivem em locais onde não há mais indícios



daquilo que lhes deu origem, aconselha-se que se investigue a autenticidade e conectividade pretérita com aquele objeto ou indivíduo.

A esse respeito, o autor supracitado assevera que:

O mesmo pode-se afirmar sobre a pesquisa da presença no território ao longo do espaço-tempo, de determinados representantes da fauna já extintos ou ameaçados. Se por acaso se deseja mapear numa determinada porção territorial ao longo do tempo a ocorrência das onças, que se procure averiguar hoje a presença de fósseis linguísticos como “Beco de Onça” ou afins, mesmo em área com muita antropização, pois é possível que estes nomes geográficos espelham nos tempos atuais, a presença outrora do referido animal no território averiguado. Os representantes da flora e fauna podem encontrar-se hoje extintos, porém permanecem os nomes geográficos, como verdadeiros fósseis linguísticos a recordar que um dia por lá registraram a sua presença em nosso planeta. (SANTOS, 2008, p. 58)

De acordo com Houaiss (1983), conceitua-se Geonímia da seguinte forma:

Por geonímia ou nomenclatura geográfica entendem-se, assim, os nomes próprios dos lugares e acidentes geográficos, também tradicionalmente ditos toponímia e topônimos, respectivamente...A noção de topônimo, deve nesse contexto ser ampliada, razão por que preferimos o neologismo geônimo, “nome próprio de qualquer acidente gráfico, físico ou político”... já que busca, dentre outras coisas, dar aos antecessivos nomes que cada acidente geográfico nosso teve, dando-lhe, ademais, as coordenadas geográficas de identificação, mesmo daqueles que, pela escala e densidade dos nomes inscritos, não constem dos mapas. (HOUAISS, 1983)

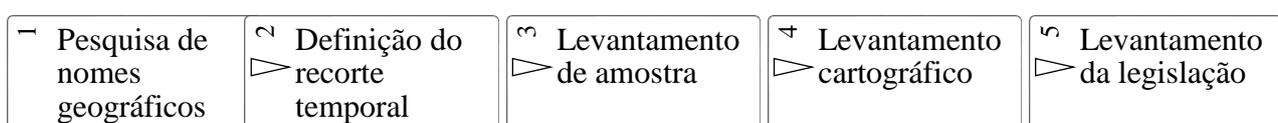
A esse respeito, Santos (2008) assevera que:

Assim a Geonímia busca nos nomes dos lugares, as raízes do homem, a sua história, o seu percurso. Portanto, essa área do conhecimento humano deverá estar sempre referenciada também a história de um lugar, testemunho vivo da cultura do povo que o habitou ou que o habita. (SANTOS, 2008, p. 58)

Neste ponto, concorda-se com a ampliação do arcabouço conceitual proposta por Houaiss (1983) e Santos (2008), mormente se considera a possibilidade disponível da representação gráfica e do fornecimento de coordenadas aos nomes geográficos.

METODOLOGIA

Figura 1. Fluxo metodológico



Fonte: O autor



A metodologia da presente pesquisa consistiu em:

1) Para a pesquisa de nomes geográficos de logradouros na região central da cidade do Rio de Janeiro foram utilizados documentos históricos. Como fonte histórica principal, elegeu-se o Almanak Laemmert⁴, um registro histórico de oferta de produtos e serviços, além de certames, informes e outras utilidades públicas. Corresponderia ao que hoje é conhecido por “páginas amarelas” do período oitocentista carioca. A pesquisa consistiu, portanto, na análise dos endereços destacados na região central da cidade do Rio de Janeiro.

2) Na definição do recorte temporal foi determinada a década de 1860, havendo atualização dos endereços até os dias atuais. A década escolhida justificou-se pela introdução dos temas da abolição e da República no cotidiano da sociedade carioca. A década seguinte representou um momento novo para a cultura brasileira. A literatura se encaminhou para a produção de temas que apontavam para o declínio do período colonial, e o despontar de uma nova ideia de Brasil.

Anos mais tarde, entre 1902 e 1906, é possível ver a materialização de novos ares culturais, com a abrangência da reforma urbanística carioca promovida por Pereira Passos, que modernizou a Zona Portuária, criou importantes avenidas, alargou e removeu ruas, determinou padrão de decoração estilística, dentre outras medidas de urbanização.

3) O levantamento de amostra de logradouros incluiu a pesquisa de endereços antigos de ofertas de produtos e serviços, além de informes do poder público, nas páginas do Almanak Laemmert. A pesquisa foi realizada de forma aleatória, em cadernos distintos do ano de 1860 (Negociantes, Província do Rio de Janeiro, Notabilidades, dentre outros), realizando a busca pelos nomes selecionados nos anos seguintes, a fim de verificar possíveis alterações ao longo de toda a década de 1860. Foram verificadas diferenças mínimas na grafia dos nomes, que foram desconsideradas nessa pesquisa específica como alteração de nome geográfico. A porcentagem final, portanto, não representa a totalidade, mas uma amostragem aleatória de nomes.

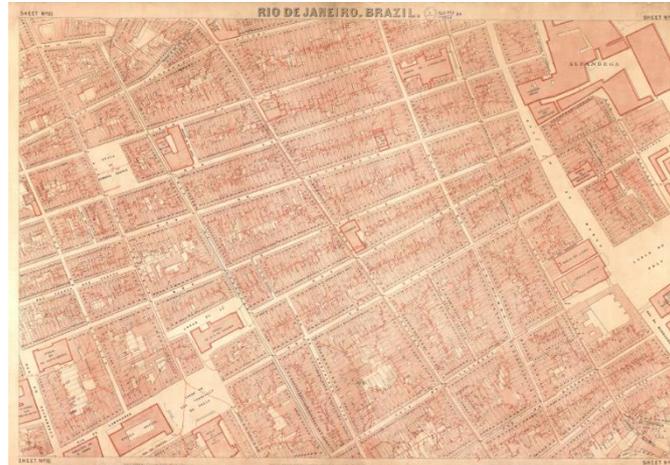
4) A etapa de levantamento cartográfico e mapeamento dos endereços antigos foi executada utilizando a base cartográfica de Edward Gotto⁵, a fim de espacializar as ruas, obtendo os endereços atualizados. O mapa produzido pro Gotto (1871) é composto de 29 folhas. A página a seguir é um exemplo da base cartográfica utilizada na pesquisa:

⁴ ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO. Disponível em memoria.bn.br, Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

⁵ GOTTO, Edward. Plan of the city of Rio de Janeiro: Brazil. 1871. Disponível em Biblioteca Nacional Digital (<http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>)



Figura 2 GOTTO (1871). Folha nº 10.



Fonte: Disponível em Biblioteca Nacional Digital (<http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>), acesso em maio de 2023

5) Por fim, na etapa de levantamento da legislação foi feito o cruzamento de dados junto aos órgãos oficiais⁶, a fim de levantar a letra da lei pertinente a cada alteração de nomenclatura. A justificativa do legislador também fornece uma pista da motivação que levou o Poder Público às alterações verificadas.

O presente estudo empregou a abordagem de RELPH (1976), que apresenta seis principais características componentes do conceito em tela, a saber:

1 - A ideia de locação, em especial, torna-se absolutamente fundamental. Essa locação pode ser descrita em termos das características internas ao lugar e de interconexões com outros lugares; estabelecendo-se assim que os lugares possuem componentes espaciais internos e externos.

2 - Lugares encapsulam a integração de elementos de natureza física e cultural; cada lugar possui um ordenamento próprio, singular, que sempre o distinguirá de outro lugar. Decorre daí, de forma clara, que cada lugar se torna uma entidade única, individualizada de forma inequívoca.

3 - Embora os lugares sejam únicos, interconectam-se por um sistema de interações e transferências espaciais; tornando-se parte de uma rede ou teia de circulação.

4 - Lugares são localizáveis. Sendo partes (ou não) de áreas extensas, tornam-se passíveis de serem localizados e posicionados num sistema de referência geográfica.

⁶ Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - Gerência de Nomenclatura de Logradouros. Disponível em <http://ruas.rio/index.php>



5 - Lugares surgem e transformam-se; com mudanças advindas da dinâmica histórica e cultural, novos elementos emergem e antigos desaparecem. Dessa forma os lugares possuem um inequívoco componente histórico.

6 - Os lugares possuem uma característica semântica, adquirem significados: advindos das crenças humanas.

Dessa forma, ao se levar em consideração a pesquisa dos nomes anteriores de logradouros na região do centro da cidade do Rio de Janeiro, utilizando o almanaque histórico de ofertas de produtos e serviços, atingiu-se, de forma inequívoca, seu aspecto locacional e as singularidades dos nomes específicos dos logradouros. Assim como, a dinâmica das modificações que a cidade passou e das impermanências características causadas por essa própria dinâmica ao longo da linha do tempo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Quadro 1 apresenta os nomes praticados na década de 1860, os nomes atuais e os nomes anteriores, coletados das amostras, após o cruzamento de dados de aspectos geográficos e jurídicos.

Quadro 1. Alterações de nomes de logradouros no Centro do Rio de Janeiro

Ruas na região central do Rio de Janeiro - Década 1860		
Logradouros	Nomenclatura atual e alterações de endereço	Fóssil linguístico
Campo da Acclamação	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 – Reconhecimento Nome oficial: PRAÇA DA REPÚBLICA Modificações: CAMPO DE SÃO DOMINGOS, CAMPO DE SANT'ANA, PRAÇA DA ACLAMAÇÃO e CAMPO DA HONRA	Não
Largo da Prainha	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 – Reconhecimento Nome oficial: PRAÇA MAUÁ Modificações: LARGO DA PRAINHA e PRAÇA 28 DE SETEMBRO	Não
Largo da Sé	Decreto nº. 8.448, de 26/01/1946 - Alteração de denominação Nome oficial: PRAÇA MONTE CASTELO Modificações: CAMPO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, ROCIO DA CIDADE, LARGO DA SÉ, LARGO DO ROSÁRIO e LARGO JOSÉ CLEMENTE	Não
Rua da Ajuda	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 - Reconhecimento Nome oficial: RUA RODRIGO SILVA Modificações: RUA DA AJUDA	Não



Rua da Assembléia	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 – Reconhecimento Nome oficial: RUA DA ASSEMBLÉIA Modificações: RUA DA CARIOCA, RUA PADRE BENTO CARDOSO, RUA DA CADEIA e RUA DE SÃO FRANCISCO	Não
Rua Candelaria	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 - Reconhecimento Nome oficial: RUA CANDELÁRIA Modificações: RUA JOÃO MENDES CALDEIREIRO	Sim
Rua Conceição	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 - Reconhecimento Nome oficial: RUA DA CONCEIÇÃO Modificações: RUA DA PEDREIRA, RUA VASCO DA GAMA e RUA DA CONCEIÇÃO	Sim
Rua Imperatriz	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 – Reconhecimento Nome oficial: RUA CAMERINO Modificações: CAMINHO DO VALONGO, RUA DO VALONGO E RUA DA IMPERATRIZ	Não
Rua da Lapa	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 – Reconhecimento Nome oficial: RUA DA LAPA Modificações: RUA DA LAPA DO DESTERRO	Sim
Rua Quitanda	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 – Reconhecimento Nome oficial: RUA QUITANDA Modificações: RUA MATHEUS DE FREITAS, RUA QUITANDA DO MARISCO, RUA SUCUSSARARÁ, RUA JOÃO ALFREDO, RUA DA QUITANDA, RUA DOS MERCADORES, RUA DO AÇOUGUE VELHO e RUA CANTO DOS MEIRINHOS	Sim
Rua da Saude	Decreto nº. 1.734, de 24/06/1922 - Alteração de denominação Nome oficial: RUA SACADURA CABRAL Modificações: RUA DA SAÚDE, RUA NOVA DE SÃO FRANCISCO DA PRAINHA e PRAIA DO VALONGO	Não
Rua da Valla	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 – Reconhecimento Nome oficial: RUA URUGUAIANA Modificações: RUA DA VALA e RUA PEDRO DA COSTA	Não
Rua das Violas	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 – Reconhecimento Nome oficial: RUA TEÓFILO OTONI Modificações: RUA DA ILHA SECA, RUA DAS VIOLETAS E VIOLAS	Não
Rua de Mataporcos	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 - Reconhecimento Nome oficial: RUA ESTÁCIO DE SÁ Modificações: RUA MATA PORCOS	Não
Rua de São Diogo	Decreto nº. 2.010, de 08/02/1979 - Extinção Modificações: Rua desapareceu com a urbanização da área da Cidade Nova	Não
Rua do Cano	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 - Reconhecimento Nome oficial: RUA SETE DE SETEMBRO Modificações: RUA DO CANO	Não
Rua do Conde	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 - Reconhecimento Nome oficial: RUA FREI CANECA Modificações: RUA NOVA DO CONDE, CAMINHO DO QUEBRA-CANELAS, RUA DO CONDE e RUA CONDE D'EU	Não



Rua do Fogo	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 - Reconhecimento Nome oficial: RUA DOS ANDRADAS Modificações: RUA DA PEDREIRA e RUA DO FOGO	Não
Rua do Hospício	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 – Reconhecimento Nome oficial: RUA BUENOS AIRES Modificações: RUA PADRE MANOEL RIBEIRO, RUA DO ALECRIM, RUA DO HOSPÍCIO, RUA DETRAZ DO HOSPÍCIO, RUA DESEMBARGADOR NUNES MACHADO, RUA DOMINGOS COELHO, RUA PADRE MATOSO, RUA DA PORTUGUESA e RUA DO SEBASTIÃO FERRÃO	Não
Rua do Lavradio	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 - Reconhecimento Nome oficial: RUA DO LAVRADIO	Sim
Rua do Mercado	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 – Reconhecimento Nome oficial: RUA DO MERCADO Modificações: RUA DA PRAIA DO PEIXE e RUA LAPA DOS MERCADORES	Sim
Rua do Ouvidor	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 – Reconhecimento Nome oficial: RUA DO OUVIDOR Modificações: RUA DO PADRE PEDRO HOMEM DA COSTA, RUA CORONEL MOREIRA CESAR, RUA DESVIO DO MAR, RUA DO BARBALHO e RUA ALEIXO MANOEL	Sim
Rua do Príncipe	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 – Reconhecimento Nome oficial: RUA SENADOR POMPEU Modificações: RUA PRÍNCIPE DOS CAJUEIROS e RUA NOVA DO PRÍNCIPE	Não
Rua do Rosario	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 – Reconhecimento Nome oficial: RUA DO ROSÁRIO Modificações: RUA ANDRÉ DIAS, RUA MATHIAS DE FREITAS, RUA DOMINGOS MANOEL, RUA DA QUITANDA PARA CIMA e RUA PEDRO DA COSTA	Sim
Rua do Sabão	Decreto nº. 7.635, de 10/11/1943 - Incorporação/Cessão Nome oficial: RUA GENERAL CÂMARA (CANCELADO) Modificações: RUA DO SABÃO DA CIDADE VELHA, RUA DOS ESCRIVÃES e RUA DO BOM JESUS Obs. Logradouro totalmente incorporado por Avenida Presidente Vargas	Não
Rua dos Barbonos	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 – Reconhecimento Nome oficial: RUA EVARISTO DA VEIGA Modificações: CAMINHO DOS ARCOS DA CARIOCA e RUA DOS BARBONOS	Não
Rua dos Latoeiros	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 – Reconhecimento Nome oficial: RUA GONÇALVES DIAS Modificações: RUA DOS LATOEIROS	Não
Rua dos Ourives	Decreto nº. 5.726, de 30/04/1936 - Alteração de denominação Nome oficial: RUA MIGUEL COUTO Modificações: RUA DOS OURIVES	Não
Rua dos Pescadores	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 - Reconhecimento Nome oficial: RUA VISCONDE DE INHAÚMA Modificações: RUA DOS PESCADORES	Não



Rua Nova do Conde	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 – Reconhecimento Nome oficial: RUA FREI CANECA Modificações: RUA NOVA DO CONDE, CAMINHO DO QUEBRA-CANELAS, RUA DO CONDE e RUA CONDE D'EU	Não
Rua Assembleia	Decreto nº. 1.165, de 31/10/1917 - Reconhecimento Nome oficial: RUA DA ASSEMBLÉIA Modificações: RUA PADRE BENTO CARDOSO, RUA DA CADEIA, RUA DE SÃO FRANCISCO, RUA DA ASSEMBLEIA, RUA DO MANUEL DE BRITO e RUA REPÚBLICA DO PERÚ	Sim
Praça Harmonia	Nome oficial: PRAÇA CORONEL ASSUNÇÃO Modificações: PRAÇA DO MERCADO DA HARMONIA, PRAÇA DA HARMONIA, PRAÇA CORONEL ASSUNÇÃO	Não

Fonte: Organizado pelos autores.

Analisando os resultados, é possível observar que as ruas passaram por importantes alterações ou permanências de nomes geográficos. Todos os dados se traduzem em escolhas representativas de momentos históricos, a expansão da malha urbana acaba por refletir tanto a mentalidade dos ocupantes como a posição política do poder público.

A exemplo disso, o artigo 5º do Decreto nº 5.625 de 1985 determina que a atribuição de denominações a logradouros públicos se dá por preferência às indicações legislativas e às solicitações das comunidades locais, observadas as regras de nomenclatura de logradouros expostas no artigo 31 e incisos do Decreto 3.800 de 1970⁷.

Devido ao longo histórico de modificação da nomenclatura de logradouros públicos, em 2008 passou a vigorar a Lei nº 4.762 de 2008⁸, que proíbe a mudança dos nomes de logradouros que tiveram a denominação definida há mais de 20 anos.

⁷ “Art. 31 - Na escolha de novos nomes para os logradouros públicos do Estado, serão observados as seguintes normas:

I - Nomes de brasileiros já falecidos que se tenham distinguido:

a) em virtude de relevantes serviços prestados ao Estado ou ao Brasil;
b) por sua cultura e projeção em qualquer ramo do saber humano;
c) pela prática de atos heróicos e edificantes

II - Nomes curtos, eufônicos e de fácil pronúncia, tirados da História, Geografia, Flora, Fauna e Folclore do Brasil, ou de outros países, e da Mitologia Clássica.

III – Nomes curtos, eufônicos e de fácil pronúncia, extraídos da Bíblia Sagrada, datas e santos de calendários religiosos.

IV – Datas de significação especial para a História do Brasil ou Universal.

V - Nomes de personalidades estrangeiras com nítida e indiscutível projeção universal.

§ 1.º - Os nomes de pessoas não poderão conter senão o mínimo indispensável à sua imediata identificação (inclusive título) dando-se preferência aos nomes de duas palavras.

§ 2.º - Na aplicação das denominações será observada tanto quanto possível a concordância do nome com o ambiente local; nomes de um mesmo gênero ou região serão sempre que possível, grupados em ruas próximas. Os nomes mais expressivos serão usados em logradouros mais importantes.”

⁸ “Art. 1.º Fica proibida a mudança da denominação de logradouros da Cidade do Rio de Janeiro, cujo nome esteja oficialmente reconhecido há mais de 20 anos.”



Mais recentemente, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro discutiu o Projeto de Lei nº 766-A de 2021, que acrescentou dispositivo⁹ na Lei nº 4.762 de 2008, cujo objetivo é possibilitar a alteração da denominação de logradouros públicos cuja nomenclatura homenageie pessoas ligadas à escravidão ou notórios torturadores. Tão grande é a importância da representatividade do nome geográfico dos logradouros públicos. O projeto de lei foi aprovado e a efetiva alteração da Lei nº 4.762/2008 passou a vigorar em 21 de novembro de 2022.

Os ocupantes dos logradouros analisados, de certa maneira, inculcam a história daquele lugar na própria denominação dos logradouros analisados, asseverando a observação de Santos:

Num simples par de coordenadas, posicionador de qualquer feição geográfica, não existe, história; aspectos antro-po-culturais, linguísticos e etnolinguísticos; socio-economia e jogos de poder. Por outro lado, é indubitável: no nome geográfico, todos esses fatores e outros mais, marcam presença de forma indelével. (Santos, 2008, p. 4)

Assim sendo, da mesma forma que o Professor Leo Waibel, anteriormente citado por Silva (1965), entende-se ser possível recriar uma parte da história da cidade a partir das pistas deixadas pela dinâmica do tempo pelos nomes geográficos, alguns identificados aqui como possibilidades de fósseis linguísticos.

A exemplo, pode-se recontar a história do descarte sanitário que era realizado na atual “Rua Uruguaiana”, quando a mesma era denominada como “Rua da Valla”. Esse descarte, provavelmente, era realizado a partir do “Largo da Carioca” até o litoral, pelo caminho natural da atual “Rua Uruguaiana”. De certa forma, demonstra-se que o descarte sanitário em direção ao mar, hoje realizado pelo “Canal do Mangue”, na “Rua Francisco Bicalho”, a partir do aterro das áreas alagadas da cidade, já ocorria desde o período oitocentista.

Outro caso de possibilidade de fóssil linguístico, ainda vivo nas ruas da cidade, exemplificando alterações profundamente relacionadas à formação dos espaços urbanos, é a Praça da Harmonia, assim reconhecida pelos moradores locais, e em placas não-oficiais *in loco*:

⁹ “Parágrafo único. Os logradouros que façam homenagem a personalidades ligadas diretamente à escravidão negra ou indígena, bem como a notórios torturadores, poderão ter sua denominação alterada mesmo que o nome esteja oficialmente reconhecido há mais de vinte anos, desde que: I - sejam anexadas à proposta legislativa que pretenda alteração, provas historiográficas produzidas por entidades científicas ou de pesquisa; e II - seja realizada ao menos uma audiência pública ou debate público no interior da Câmara Municipal.”



Figura 3. Placa afixada na praça, com os dizeres "A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA SAÚDE AGRADECEM AO MOINHO FLUMINENSE A REFORMA DA PRAÇA DA HARMONIA, REIVINDICAÇÃO ANTIGA DOS MORADORES(...)", datada de 1988.



Foto: acervo pessoal, dezembro de 2022

O nome oficial da praça, entretanto, é Praça Coronel Assunção, que pode ser encontrada em placa oficial da Prefeitura, onde se encontra um busto do coronel homenageado, o policial militar Joaquim Antonio Fernandes Assunção (1823-1879). Uma placa afixada pelo órgão público Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, por outro lado, parece forçosamente reiterar o passado da nomenclatura do logradouro.

Figura 4. Placa afixada na praça com os dizeres: "PRAÇA CORONEL ASSUNÇÃO / ANTIGA PRAÇA DA HARMONIA".



Foto: acervo pessoal, dezembro de 2022.

É necessário considerar que o espaço conta uma história muito mais antiga: carrega um passado de ocupação, moradia, convivência diária e resistência negra. Também carrega a história higienista e expansionista dos sucessivos aterramentos e distanciamento do contorno da linha da costa por ação antrópica intencional.



No local, em 1858, foi criado o Mercado da Harmonia, a fim de escoar parte da excessiva demanda do já existente Mercado Municipal da Praça XV. Com a abolição da escravatura e a queda do movimento do mercado, o espaço se tornou progressivamente em um grande cortiço, ocupado prioritariamente pelas pessoas negras, recém-libertas e em estado de miserabilidade. O mercado foi desativado e, pela proximidade com o mar à época, acabou transformado em trapiche, um depósito desorganizado que recebia mercadorias em geral. Em documentos históricos, encontra-se menção ao espaço com a nomenclatura alterada para “Praça do Mercado da Harmonia” a partir de 1889¹⁰.

Por falta de políticas públicas condizentes com a demanda da época, as pessoas continuaram a invadir e se instalar no prédio parcialmente abandonado. Após grave crise sanitária do início da década de 1900, o então prefeito Pereira Passos, promovendo mais aterramentos durante as reformas urbanísticas, reformulou totalmente a área, colocando abaixo o velho mercado e ordenando a construção da Praça da Harmonia. Desde então, este é o nome reconhecido pela população local, inobstante a homenagem ao Coronel Assunção posteriormente promovida pelo Poder Público.

É possível perceber, a rigor das explanações de Dick (1990), que alguns dos casos trazidos não se tratam propriamente dos fósseis linguísticos por ela conceituados em “A Estrutura do Signo Toponímico” (1990):

Por outro lado, a idéia de “indicação” de algo, ou de “identificação” dos seres, que teóricos da linguagem costumam aplicar aos nomes próprios, opondo-os aos nomes comuns, cuja principal evidência seria a de “significar”, não deve ser aceita com rigor nas ciências onomásticas. Pois, tanto os topônimos como os antropônimos, ao lado de uma função identificadora, guardam, em sua estrutura imanente, uma significação precisa, muitas vezes não mais transparente em virtude da opacidade que esses nomes adquirem, ao se distanciarem de suas condicionantes tempo-espaciais. Veja-se, a respeito, a opinião de ULLMANN, ao tratar dos valores “designativos” e “conotativos” atribuídos aos nomes próprios e comuns: naqueles, “mesmo quando derivam de elementos expressivos, o seu significado não é relevante: Dartmouth recebeu, sem dúvida, o nome por virtude da sua situação na foz do Dart, mas continuaria a ter este nome, mesmo que a foz do rio fosse obstruída pelas areias, ou que o seu curso fosse desviado por um terremoto”.

Argumentando-se com a última parte da citação, no que se refere, explicitamente, à manutenção do designativo apesar do desaparecimento de suas causas motivadoras, qual seja a situação peculiar do acidente (“foz do Dart”, no caso mencionado), esses dois fatos — presença (ou permanência) do nome mesmo em ausência do motivo determinante ou concorrente de sua formação — tornam clara outra das características mais significativas do topônimo: sua interpretação como um verdadeiro fóssil lingüístico, expressão tomada ao geógrafo francês JEAN BRUNHES, que o consideravam um “fóssil da geografia humana” (Dick, 1990, p. 290-291)

¹⁰ Almanak Laemmert, 1889, Bancos e instituições mercantis, p. 1228. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/almanak-administrativo-mercantil-industrial-rio-janeiro/313394>, acesso em maio de 2023.



No entanto, esse conceito foi apropriado para explicar casos como a Praça da Harmonia (acima), em que a intenção da população não foi respeitada pelo poder público, mas os vestígios apontam para a permanência da nomenclatura no cotidiano social.

Assim, mesmo que a maioria dos casos não tenha a mesma nomenclatura que conta a história de sua motivação no tempo e no espaço, em 28,12% houve permanência. Como a Rua do Ouvidor, assim designada por ali residirem os Ouvidores, magistrados no Brasil do antigo Império Português no século XVIII. A Rua do Mercado, assim designada por ali se instalar um grande mercado entre 1842 e 1911. A Rua do Lavradio, aberta no século XVIII por um dos marqueses do Lavradio. Tais nomenclaturas exemplificativas podem atuar como fósseis linguísticos, visto que representam uma realidade histórica que já não existe no tempo presente.

Nesse mesmo sentido, SANTOS (2008):

Pode-se afirmar que em todas as cidades e vilas de nosso país existem lugares que possuem um nome oficial, reconhecido pelos governos e administração local e nomes oficiosos, estabelecidos pela atração panorâmica popular, os quais, pela força emanada do povo, acabam de forma natural sobrepujando-se aos nomes oficiais. (SANTOS, 2008, p. 59)

Alguns exemplos do Quadro 1 trazem casos de nomenclatura utilizada pela população à época da promulgação da respectiva Lei, sendo produto do reconhecimento do poder público das denominações exaradas do seio da sociedade residente. Os demais casos, resultaram do jogo de poder emanado pelas classes dominantes da sociedade da época.

Dentre os casos de alteração por imposição mais instigantes estão os relacionados diretamente às mudanças políticas e ideológicas que influenciaram a história e a formação dos espaços urbanos. O quadro 2 mostra algumas pistas fósseis deixadas pelos nomes geográficos antigos dos logradouros da área central da cidade.

Assim como os exemplos aqui trazidos, é possível mapear diversos atos de alteração ou permanência de nomenclaturas que, de alguma forma, fazem ou fizeram parte das escolhas da população ou dos interesses do Poder Público. Os nomes carregam consigo a história local.



Quadro 2. Pistas fósseis

Logradouro	Breve histórico
Campo da Aclamação	Local onde Dom Pedro I teria sido aclamado o imperador do Brasil e, posteriormente à Proclamação da República, reconhecida como “Praça da República”;
Rua da Imperatriz	Tomou esse nome a fim de superar as mazelas do período da escravidão, quando o nome era “Rua do Valongo”, importante escoadouro de pessoas escravizadas de origem Africana. Com a Proclamação da República, a “Rua da Imperatriz” foi novamente renomeada, tomando o nome geográfico “ Rua Camerino”;
Rua do Príncipe	Na mesma toada, foi substituída pelo nome geográfico “Rua Senador Pompeu”;
Rua do Conde	Teve seu nome posteriormente alterado para “Rua Frei Caneca”;
Praia do Valongo	Outro exemplo da tentativa de esconder um passado escravagista, sofreu a alteração geográfica por ação antrópica, com uma série de aterramentos, dando lugar à “Rua da Saúde”;
Rua do Hospício	Foi de suma importância para o Rio de Janeiro oitocentista, entretanto a nomenclatura caiu em desuso após o fechamento do hospital (o mesmo que ‘hospício’ no português antigo de Portugal) que ali havia, sendo o nome geográfico substituído por “Rua Buenos Aires”;
Rua dos Barbonos	O antigo “Caminho dos Arcos da Carioca” tornou-se conhecida por “Barbonos”, nome dado aos missionários italianos barbônios. Pelo ato legislativo da Câmara Municipal, foi denominada “Rua Evaristo da Veiga”, em memória do publicista da Regência Evaristo Ferreira da Veiga e Barros, ato posteriormente confirmado pelo Decreto de 1917;
Rua dos Latoeiros	Assim designada pela variedade de comerciantes de objetos de latão, foi reconhecida posteriormente como “Rua Gonçalves Dias”, em homenagem ao poeta homônimo.

Fonte: Organizado pelos autores.

CONCLUSÃO

A análise preliminar de alguns nomes históricos de logradouros, na área central da cidade do Rio de Janeiro, mostrou ser possível a utilização de nomes geográficos como verdadeiros fósseis linguísticos.

Os fósseis linguísticos permitirão auxiliar futuros pesquisadores da história de lugares a contar e recriar a toponímia dos moradores dos lugares investigados, visto que cada povo possui suas especificidades no ato de dar nomes e na vivência dos lugares.

O estudo demonstrou, também, que em muitos casos houve modificação na nomenclatura dos logradouros, havendo um desequilíbrio entre as escolhas da população e o interesse político. Por outro lado, em visita *in loco*, foi possível averiguar o caso da Praça da Harmonia, que demonstrou uma resistência clara por parte dos moradores.

Os nomes geográficos, assim como demais vocábulos, podem refletir a estrutura vertical ou dialetológica, assim como a estrutura horizontal, ou geográfico-linguística do idioma, balizando e delimitando uma dada área com uma determinada especificidade cultural e singularizando-a de uma certa forma.



O tempo, para os nomes geográficos, possui uma perenidade muito maior em relação às feições geográficas que nominam, principalmente antrópicas. As feições podem ser extintas, mas os nomes permanecem como fósseis linguísticos, testemunhos vivos da história dos lugares.

A identidade da sociedade se forma a partir da identificação de elementos históricos cuidadosamente escolhidos. A compreensão da importância histórica dos nomes geográficos, por parte da população que com eles convive cotidianamente, terá reforço positivo e, conseqüentemente, maior participação popular nessas escolhas, a partir da apresentação de instrumental que permita valorizar o nome geográfico como patrimônio histórico-cultural.



Referências bibliográficas

- CAMPOS, Luana Cristina da Silva Campos. *Sítio Arqueológico*. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2018.
- DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. Geo Arquivo do Estado São Paulo, 1990.
- HOUAISS, A. *Geonímia in Atlas da Enciclopédia Mirador Internacional*. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1983.
- ORSER JR., Charles. *Introducción a la arqueología histórica*. Buenos Aires: AINA, 2000.
- RELPH, E. *Place and Placenessless*. Pion. London, 1976
- SANTOS, C.J.B. *Geonímia do Brasil: A Padronização dos Nomes Geográficos num Estudo de Caso dos Municípios Fluminenses*. Tese (Doutorado em Geografia). UFRJ. IGEO. Rio de Janeiro. 2008
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- SILVA, J.R. *Função e destino da utilidade geográfica da toponímia*. Boletim Geográfico nº 187. Conselho Nacional de Geografia. Ano XXIV. Julho-agosto. Rio de Janeiro. 1965.
- SOUZA, M.J.L. *O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento In: Geografia: Conceitos e Temas*. Organizado por: Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1995.
- STASKI, Edward. *Advances in Urban Archaeology*. IN: SCHIFFER, Michael B. (Ed.) *Advances in Archaeological Method and Theory*. New York/London: Academic Press, 1982. Pp. 97-149
- RODRIGUES, A.E.M.; MELLO, J.O.B. *As Reformas Urbanas na Cidade do Rio de Janeiro: uma história de contrastes*. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 19-53, jan./jun. 2015
- TERRA, Carlos. *Paisagens Construídas: jardins, praças e parques do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX*. Rio de Janeiro. Rio Books, 2013.
- TUAN, Yu-Fu. *Topofilia: Um estudo da percepção, estudos e valores do meio ambiente*. Trad. Lívia de Oliveira, Difel Difusão Editorial S.A. São Paulo, 1974.
- Documentos históricos:
- ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO*. Disponível em memoria.bn.br, Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- GOTTO, Edward. *Plan of the city of Rio de Janeiro: Brazil*. 1871. Disponível em Biblioteca Nacional Digital (<http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>)
- Órgãos oficiais:
- Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - Gerência de Nomenclatura de Logradouros. Disponível em <http://ruas.rio/index.php>